

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 12 – Informação, Estudos Étnicos Raciais, Gênero e Diversidades

A BIBLIOTECA PÚBLICA COMO LÓCUS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO AMBIENTAL

THE PUBLIC LIBRARY AS A LOCUS FOR CONFRONTING ENVIRONMENTAL RACISM

Alberto Calil Elias Junior - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Yasmin Pereira Nunes - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O presente artigo discute o papel da biblioteca pública diante do racismo ambiental, considerando a importância desses equipamentos culturais como espaços de promoção da justiça socioambiental e do enfrentamento à desinformação socioambiental. Tem como ponto de partida a compreensão de que o racismo ambiental se manifesta por meio da distribuição desigual dos riscos e impactos ambientais, afetando de maneira desproporcional populações vulnerabilizadas. O objetivo do trabalho é mapear as ações das bibliotecas parque do estado do Rio de Janeiro voltadas para a questão ambiental a fim de analisar de que modo o racismo ambiental é tratado através de suas postagens no Instagram, no período de janeiro de 2023 a abril de 2025. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, com base em categorias previamente definidas a partir do referencial teórico, buscando identificar menções a temas como racismo ambiental, justiça climática, crise ecológica, desinformação socioambiental e ações de educação em informação socioambiental. Os resultados revelam que, embora haja ações pontuais que dialogam com questões climáticas, a abordagem ainda é insuficiente diante da urgência e complexidade do tema. Conclui-se que as bibliotecas públicas possuem potencial significativo para atuar na promoção de práticas educativas e informacionais que contribuam para a construção de uma consciência crítica, especialmente em territórios marcados por desigualdades socioambientais, sendo fundamental que ampliem seu engajamento com essas pautas de forma contínua, intencional e politicamente comprometida.

Palavras-chave: racismo ambiental; biblioteca pública; justiça socioambiental.

Abstract: This article discusses the role of public libraries in addressing environmental racism, considering the importance of these cultural facilities as spaces for promoting socio-environmental justice and confronting socio-environmental misinformation. Its starting point is the understanding that environmental racism manifests itself through the unequal distribution of environmental risks and impacts, disproportionately affecting vulnerable populations. The objective of this work is to map the environmental initiatives of Rio de Janeiro state's park libraries and analyze how environmental racism is addressed through their Instagram posts, from January 2023 to April 2025. The methodology used was content analysis, based on categories previously defined from the theoretical framework, seeking to identify mentions of topics such as environmental racism, climate justice, ecological crisis, socio-environmental misinformation, and socio-environmental information education initiatives. The results reveal that, although there are specific actions that address climate issues, the approach remains insufficient given the urgency and complexity of the topic. It is concluded that public libraries have significant potential to promote educational and informational practices that contribute to building critical awareness, especially in areas marked by socio-environmental inequalities. It is essential that

they expand their engagement with these issues in a continuous, intentional, and politically committed manner.

Keywords: environmental racism; public libraries; socio-environmental justice.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do sistema capitalista provocou consequências significativas para o planeta, resultando nas atuais crises globais. Segundo Löwy (2013), tais crises são frutos da mercantilização generalizada, voltada exclusivamente para a ampliação dos negócios e o ganho financeiro, em detrimento da preservação da vida e do meio ambiente. Apesar das inúmeras conferências e acordos internacionais, observa-se maior preocupação com a estabilidade do sistema financeiro em prejuízo à preservação ambiental. As mudanças climáticas se tornaram o problema mais urgente nos tempos atuais. As consequências dessas mudanças afetam tanto os aspectos econômicos e sociais, quanto os ambientais. Aumento das temperaturas, desastres ambientais cada vez mais intensos, problemas nos abastecimentos de alimentos, desigualdades mais evidentes, são algumas das situações vivenciadas devido às mudanças climáticas.

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023) destaca a possibilidade do aquecimento global atingir 1,5°C entre 2030-2052 se seguirmos o aumento no ritmo atual. Ainda segundo o IPCC, a mudança do clima causada pelo homem afeta os extremos climáticos e meteorológicos de forma global, resultando em impactos negativos com perdas e danos à natureza e às pessoas, sendo mais intenso nas comunidades vulneráveis, as quais menos contribuíram historicamente para a mudança atual.

Diante dessas circunstâncias, emergem desafios como a desinformação socioambiental e o negacionismo climático (Dias; Issbener, 2024; Santini; Barros, 2022), fenômenos que afetam diretamente populações vulneráveis e ampliam o quadro de injustiça socioambiental, conhecido como racismo ambiental. O conceito remete à distribuição desproporcional dos impactos ambientais às comunidades periféricas e marginalizadas, reforçando desigualdades estruturais (Amaral; Freitas, 2024). A combinação entre esses fenômenos diante da crise socioambiental, agrava a situação de vulnerabilidade dessas comunidades, perpetuando injustiças sociais.

Além disso, a proliferação da desinformação socioambiental influencia a opinião pública, intensificando a desordem informacional e manipulando narrativas que afetam diretamente a agenda política e as políticas ambientais (Regattieri, 2023). A interpretação

intencionalmente equivocada de dados científicos, com omissões e distorções, visa enfraquecer a confiança na ciência e desacreditar as soluções propostas para a crise climática (Aguiar; Monteiro; Batista, 2022).

A crise ambiental contemporânea evidencia a necessidade urgente de ações que promovam a equidade, a sustentabilidade e a justiça social. O racismo ambiental, enquanto manifestação das desigualdades estruturais, agrava a vulnerabilidade de comunidades marginalizadas diante dos impactos ambientais. Em meio a esse cenário, a desinformação socioambiental e o negacionismo climático tornam-se obstáculos significativos à construção de respostas efetivas. Nesse contexto, a educação em informação socioambiental se apresenta como uma alternativa para promover ações sustentáveis e inclusivas, e as bibliotecas públicas, como espaços democráticos de acesso ao conhecimento, exercendo um papel fundamental no enfrentamento dessas crises, em especial ao racismo ambiental.

As bibliotecas públicas, por sua função social de garantir o acesso livre e democrático à informação, configuram-se como agentes estratégicos na promoção da educação crítica e na luta contra a desinformação socioambiental. Em um cenário em que regimes autoritários, práticas preconceituosas e negacionismo científico crescem (Borges, 2022), a atuação crítica das bibliotecas é essencial para promover a educação em informação, o pensamento reflexivo e o empoderamento das comunidades. No entanto, para que cumpram plenamente esse papel, é necessário refletir sobre suas práticas e potencializar suas ações em prol da justiça ambiental. Assim, este artigo se justifica pela necessidade de evidenciar a importância dessas instituições como espaços de resistência e transformação diante dos desafios socioambientais e informacionais contemporâneos.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo mapear as ações das bibliotecas públicas do estado Rio de Janeiro voltadas para a questão ambiental a fim de identificar se a temática do racismo ambiental é abordada. Para tal, será feito o mapeamento no perfil do Instagram dessas bibliotecas, no período de janeiro de 2023 até abril de 2025, a fim de investigar se foram realizadas ações com a temática do meio ambiente e se alguma abordou a questão do racismo ambiental.

Como objetivos específicos propõe analisar o papel das bibliotecas públicas no enfrentamento do racismo ambiental, considerando o contexto contemporâneo de crise ambiental, desinformação socioambiental e negacionismo climático, além de discutir como a educação em informação, promovida por essas instituições, pode contribuir para o

fortalecimento da justiça socioambiental, democratizar o acesso ao conhecimento crítico e estimular a conscientização sobre as desigualdades ambientais.

2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória visto que tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (Gil, 2002). Possui abordagem qualitativa, com foco na análise de conteúdo das postagens no perfil do Instagram de bibliotecas públicas do estado do Rio de Janeiro, buscando compreender como essas instituições lidam com temas relacionados às questões climáticas e, especialmente, ao racismo ambiental. A escolha pela plataforma do Instagram se deve ao seu uso pelas bibliotecas para comunicação institucional, sendo utilizada para divulgação das atividades culturais e educativas realizadas.

Segundo dados de 2023 do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), o estado do Rio de Janeiro possui um total de 166 bibliotecas públicas, com isso foi feito um recorte e optou-se por realizar a pesquisa nos ambientes virtuais das quatro bibliotecas parque do estado. Também foi definido um recorte temporal, optando por analisar o conteúdo das postagens dos perfis do Instagram no período de janeiro de 2023 a abril de 2025.

A coleta de dados se deu por meio da observação direta, através da captura de tela das postagens que atendessem o critério de seleção. Tal critério considerou publicações que abordassem direta ou indiretamente questões ambientais, como mudanças climáticas, reciclagem, preservação da natureza, sustentabilidade, territórios vulnerabilizados por desastres ambientais, entre outros temas afins. Também foi dada atenção especial às postagens que, ainda que de maneira implícita, pudessem dialogar com a perspectiva do racismo ambiental.

3 RACISMO AMBIENTAL E AS DESIGUALDADES DA CRISE CLIMÁTICA

O conceito de racismo ambiental surge em meio às desigualdades sociais aprofundadas pela crise ambiental contemporânea. A expressão foi popularizada nos anos 1980, criada pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., diante de protestos contra o depósito de resíduos tóxicos no condado de Warren, na Carolina do Norte, Estados Unidos, onde a população era em sua maioria negra (Santos, 2022). No Brasil, esse fenômeno é igualmente evidente: desastres ambientais, como enchentes e deslizamentos, afetam mais intensamente populações

vulneráveis, muitas vezes localizadas em áreas de risco devido à exclusão socioeconômica. Segundo o Censo 2022, mais de 72,9% dos moradores das favelas são pretos e pardas, nos últimos 12 anos a quantidade de residentes brancos diminuiu, enquanto a de negros aumentou (Dias, 2024).

O relatório do IPCC (2023, p. 21) mostra que as consequências das mudanças climáticas, intensificadas pela ação humana, atingem com maior gravidade as populações vulnerabilizadas que pouco contribuíram para a atual crise climática, transparecendo a profunda injustiça social. Nesse cenário, o racismo ambiental não apenas evidencia a distribuição desigual dos danos ambientais, mas também a omissão do poder público em proteger essas comunidades.

A desinformação socioambiental e o negacionismo climático, conforme destacam Regattieri (2023) e Aguiar, Monteiro e Batista (2022), contribuem para agravar essas injustiças intensificando o racismo ambiental. A circulação de narrativas falsas ou distorcidas minimiza os impactos das mudanças climáticas e dificulta a discussão de políticas públicas efetivas que considerem as necessidades específicas das populações mais afetadas. Ao enfraquecer a confiança pública na ciência, a desinformação fortalece estruturas de exclusão e vulnerabilidade, desviando a atenção da população do debate ambiental (Santini; Barros, 2022).

Como enfatiza Borges (2022), o avanço de regimes autoritários e a promoção de práticas preconceituosas e negacionistas criam um ambiente de desordem informacional que favorece interesses econômicos em detrimento dos direitos sociais e ambientais. Há que se considerar que as conformações da infraestrutura comunicacional contemporânea põem as contradições inerentes à informação no capitalismo em destaque.

Ou seja, sua dimensão de crise está em primeiríssimo plano. Nesses termos, a desinformação seria uma expressão das contradições imanentes à informação própria ao capitalismo. A desinformação não se contrapõe à informação própria ao capitalismo, mas leva a seus limites lógicos, por ser uma possibilidade interna. Ademais, a desinformação não expressa uma mudança inexorável, inevitável, absoluta, mas uma necessidade relativa, um caminho que pôs em determinadas circunstâncias e que pode regredir de acordo com o desenrolar histórico (Bastos; Figueredo; Schneider, 2022, p. 197).

Esses ecossistemas de informação favoráveis ao espalhamento da desinformação comprometem o direito à informação socioambiental e à vida digna das comunidades marginalizadas, já expostas de forma desproporcional aos desastres ambientais. Diante desse cenário, o negacionismo se manifesta de modo que essas catástrofes não são eventos

isolados, mas sim processos contínuos, vagos e difusos, o que faz das mudanças climáticas um terreno fértil para conspiração e negação (Silva; Von Behr, 2021).

De acordo com Löwy (2013), o sistema capitalista, ao priorizar o lucro em detrimento da preservação da vida, intensifica as desigualdades sociais e ambientais, fortalecendo os mecanismos de exclusão. A desinformação, e em particular a desinformação socioambiental, nesse sentido, atua como ferramenta que obscurece as reais dimensões da crise climática e silencia os impactos específicos sofridos pelas populações negras, indígenas e periféricas.

Discutir o racismo ambiental implica reconhecer que a atual crise climática não é apenas uma questão ambiental, mas profundamente social. A constatação desta relação entre o social e o ambiental, está presente nas diversas reuniões e conferências sobre clima e mudanças climáticas realizadas pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e pela comunidade científica internacional, como por exemplo, na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, resultante da Rio-92 (Declaração, 1992), que afirma em seu princípio 5:

Todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo (Declaração [...], 1992).

No entanto, ainda parece existir um distanciamento entre tais formulações e a realidade material concreta das populações, em particular do Sul Global. Combater essas desigualdades exige um compromisso com a democratização do acesso à informação, o direito à informação ambiental, o fortalecimento da educação crítica e o empoderamento das comunidades marginalizadas, colocando a justiça ambiental e a justiça informacional como elementos centrais nas respostas às crises contemporâneas.

4 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E O COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL

As bibliotecas públicas têm se consolidado como equipamentos culturais que promovem a participação social e o fortalecimento da articulação cidadã (Ferraz, 2014). Essas instituições não apenas promovem o acesso à informação, mas também atuam como mediadoras do conhecimento, apoiando o ensino, a difusão da cultura e a conscientização da cidadania (Rodrigues, 2024). Ao se posicionarem como centros de cultura e educação, as bibliotecas têm a potência de exercer um papel fundamental no enfrentamento às desigualdades socioambientais proporcionando às comunidades as condições estruturais para

a construção de leituras críticas sobre suas realidades e para lutar por justiça social.

Conforme destacado por Achilles (2023), as bibliotecas públicas têm um papel imprescindível no enfrentamento de problemas sociais, oferecendo às populações vulneráveis a oportunidade de acessar informações que empoderam e promovem a inclusão social. Ferraz (2014) reforça que a democratização do acesso à informação promovida pelas bibliotecas públicas é fundamental por atender qualquer pessoa sem distinção alguma de classe social, raça, sexo, idade, religião ou orientação sexual.

No contexto do racismo ambiental, esse papel se amplifica, pois as bibliotecas se tornam locais onde as comunidades podem acessar informações sobre seus direitos, as consequências dos desastres ambientais e os processos de exclusão social que afetam especialmente as populações negras, periféricas e indígenas. Nesse sentido, as bibliotecas se tornam espaços de articulação para o fortalecimento do pertencimento e da mobilização comunitária, tornando visíveis as questões ambientais que, frequentemente, são invisibilizadas pelo poder público. A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) reforça essa ideia ao afirmar que as bibliotecas são instituições sustentáveis que oferecem recursos que possibilitam que todos tenham acesso à informação. O apoio à pesquisa informada e o acesso à informação sobre mudanças climáticas, tornam esses equipamentos protagonistas na preservação do conhecimento ambiental, tornando possível o desenvolvimento sustentável e maior qualidade de vida para as pessoas (IFLA, 2016).

O direito à informação ambiental é reforçado pelo Acordo de Escasuz, um tratado [publicado pela CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, órgão vinculado à ONU] assinado por 24 países da América Latina e do Caribe em março de 2018¹, na cidade de Escasuz, na Costa Rica. De acordo com o secretário geral da ONU, Antonio Guterres, o Acordo de Escasuz,

[...] tem por objetivo lutar contra a desigualdade e a discriminação e garantir os direitos de todas as pessoas a um meio ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável, dedicando especial atenção às pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade e colocando a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável. (CEPAL, 2023, p. 5).

Ainda no Acordo de Escasuz, encontra-se uma intenção de compromisso dos países signatários em

¹ Apesar de estar entre os países que assinaram o documento, até a presente data, maio de 2025, o Brasil ainda não ratificou a sua adesão ao Acordo de Escasuz.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

[...] garantir o direito de todas as pessoas a ter acesso à informação de maneira oportuna e adequada, a participar de maneira significativa nas decisões que afetam suas vidas e seu ambiente e a ter acesso à justiça quando estes direitos forem violados. O tratado reconhece os direitos de todas as pessoas, proporciona medidas para facilitar seu exercício e, o que é mais importante, estabelece mecanismos para efetivá-los (CEPAL, 2023, p. 8).

Nesta perspectiva, as bibliotecas públicas podem assumir o protagonismo na garantia ao direito à informação socioambiental e na construção de olhares comprometidos e solidários aos efeitos decorrentes da crise climática e ambiental, através de ações de educação em informação socioambiental, definida como a formação de um “sujeito informacional consciente de seu espaço e papel no mundo, que significa os aparatos tecnológicos a partir de sua cultura, utilizando-os para decidir qual informação lhe é relevante não só para entender o mundo, como para mudá-lo” (Zattar; Barbosa; Borges, 2023).

Amaral e Freitas (2024) ressaltam que o racismo ambiental se manifesta de forma estrutural nas cidades e regiões periféricas, onde as populações mais vulneráveis são as mais afetadas pelas injustiças ambientais. Os autores ainda destacam que o racismo ambiental pode ser pensado como:

[...] a legalização institucional da exclusão programada dos territórios em que as minorias sociais vivem, bem como a aceitação da fragilização de participação cidadã nas políticas ambientais, fortalecendo a execução de resíduos tóxicos e extremamente perigosos para toda a comunidade local (Amaral; Freitas, 2024, p. 137).

Essa desigualdade afeta diretamente o acesso à cultura e ao conhecimento, uma vez que as regiões periféricas são historicamente negligenciadas pelo poder público. Em 2015, o Brasil contava com 6.057 bibliotecas públicas (Freua, 2022), porém quase 10 anos depois, mais 1000 espaços foram desmontados, restando apenas 4.639 equipamentos culturais (SNBP, 2023). O estado do Rio de Janeiro conta com 166 bibliotecas públicas (SNBP, 2023) sendo 4 bibliotecas parque: Niterói, Centro do Rio, Rocinha e Manginhos.

A falta de espaços de leitura e estudo reflete-se na perpetuação de desigualdades educacionais e informacionais, restringindo as oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo. Assim, as bibliotecas públicas têm o potencial de combater essas desigualdades ao se engajarem ativamente nas discussões sobre a justiça ambiental e ao atuar na promoção de ações de educação em informação socioambiental, garantido a justiça informacional e o direito à informação socioambiental. Os constantes e persistentes alertas da comunidade científica apontam a urgência das ações de mitigação e de adaptação em relação aos efeitos das mudanças climáticas. Considerando-se que as bibliotecas públicas são instituições sociais

localizadas nos territórios, em contato direto com as populações, bem como com suas demandas informacionais, estas podem se tornar espaços catalisadores para as ações de enfrentamento ao colapso ambiental contemporâneo.

A educação em informação socioambiental desempenha um papel crucial nesse processo, pois permite que as comunidades compreendam as dinâmicas do racismo ambiental e se empoderem para transformar sua realidade. Freire (1967 *apud* Britto; Di Giorgi, 2022) destaca que a educação deve ser um instrumento de libertação, permitindo aos indivíduos a compreensão de sua realidade e capacitando-os para transformá-la. Nesse sentido, as bibliotecas públicas atuam como espaços que não só fornecem o conhecimento necessário para a formação cidadã, mas também podem ajudar a construir a conscientização sobre o impacto das políticas públicas nas comunidades marginalizadas.

5 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DO INSTAGRAM DAS BIBLIOTECAS PARQUE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conforme já assinalado, a metodologia proposta neste artigo consiste na análise das publicações nas páginas do Instagram das Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar conteúdos relacionados às questões climáticas e, especialmente, ao racismo ambiental. A escolha dessa plataforma se justifica devido ao seu papel como meio de divulgação das atividades e programações desses equipamentos culturais, além de refletir a comunicação institucional com o público.

Atualmente, o estado do Rio de Janeiro conta com quatro bibliotecas parque. A primeira está localizada na comunidade Rocinha, maior favela do país que, segundo o Censo 2022, possui uma população de mais de 70 mil moradores e mais de 30 mil residências particulares habitadas (Boeckel, 2024). A segunda está localizada na comunidade de Manguinhos, região que sofre constantemente com enchentes e alagamentos. A terceira biblioteca está localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro próxima à estação da Central que interliga diversos bairros e municípios e, por isso, existe uma grande circulação da classe trabalhadora. Por último, o município de Niterói conta com uma biblioteca parque localizada na sua região central.

A busca foi realizada a partir da observação das publicações, considerando descrições, imagens e hashtags utilizadas, no período de janeiro de 2023 até abril de 2025. A partir da análise das postagens do perfil de cada biblioteca, foram identificadas tanto palavras-chaves

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

quanto imagens que tratassem de aspectos relacionados à questão ambiental ou climática. Verificou-se que, embora existam ações pontuais voltadas para temas ambientais como oficinas de reciclagem, indicações de títulos de livros e contação de histórias relacionados à natureza, a temática do racismo ambiental é extremamente limitada.

No período estabelecido para o recorte desta pesquisa foram analisadas um total de 1.027 postagens, sendo 184 da Biblioteca Parque da Rocinha, 45 da Biblioteca Parque de Manguinhos, 433 da Biblioteca Parque Estadual e 365 da Biblioteca Parque de Niterói. Dentre as postagens analisadas, apenas 10 atenderam aos critérios de seleção, representando 0,9% do total do corpus da pesquisa.

Quadro 1 - Quantidade de posts por perfil

Perfil da Biblioteca	Quantidade recuperada
@c4bibliotecaparquedarocinha	02 <i>posts</i> sobre a mesma programação: projeto “Ambiente Jovem” que trabalha com reciclagem e moda sustentável.
@bibliotecaparquemanguinhos	01 <i>post</i> para empreendedores sustentáveis que queiram participar do projeto “Porto Reciclagem Social” que transforma o plástico coletado nas águas em novos produtos. 01 <i>post</i> sobre a campanha de coleta/recebimento de resíduos plásticos.
@bibliotecasparquerj	nenhum <i>post</i> atendeu ao critério de seleção.
@bibliotecaniteroi	02 <i>posts</i> sobre contação de histórias com temática de meio ambiente. 03 <i>posts</i> com indicação de livros infantis sobre conscientização ambiental. 01 <i>post</i> sobre oficina de reciclagem.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A maioria das postagens analisadas tiveram foco em atividades de incentivo à leitura, cultura e lazer, sendo agrupadas em 3 categorias, a saber: a) Atividades culturais; b) Datas comemorativas; c) Atividades de Educação em Informação Socioambiental.

A biblioteca que se destacou em postagens diretamente relacionadas às atividades culturais foi a Biblioteca Parque de Niterói, apresentando duas postagens nesta categoria. A análise indicou que o espaço desta biblioteca vem sendo utilizado para a realização de peças teatrais. Na divulgação da peça “A história da Caipora” percebeu-se uma alusão direta à relação com o meio ambiente, em que Caipora é apresentada como “a menina protetora da natureza”.

Figura 1 - Post de divulgação da peça “A história da Caipora”



Fonte: Instagram da Biblioteca Parque de Niterói.

É também a Biblioteca Parque de Niterói que concentrou as postagens relacionadas às datas comemorativas. Observou-se que nestas datas a biblioteca divulga livros sobre a temática, como, por exemplo, o dia dos animais.

Figura 2 - Post do dia dos animais



Fonte: Instagram da Biblioteca Parque de Niterói.

Foi possível identificar algumas ações voltadas para conscientização em relação à pauta ambiental, que aqui aproximamos da educação em informação socioambiental, dado seu caráter de formação e de acesso à informação ambiental, como por exemplo, cursos voltados para reciclagem de materiais ou a divulgação de campanhas de coleta de resíduos plásticos.

Figura 3 - Post sobre campanha de coleta de resíduos plásticos



Fonte: Instagram da Biblioteca Parque de Manguinhos.

Apesar de tematizar a questão, a análise das postagens destas bibliotecas e das poucas interações, permite-nos afirmar que, ao menos nos ambientes virtuais do Instagram, essas iniciativas ainda não engajam debates mais profundos sobre justiça ambiental, território ou desigualdade. A ausência de programações que abordam aspectos relacionados à questão ambiental e ao racismo ambiental, em um contexto de crise climática, revela uma lacuna significativa, especialmente considerando que muitas dessas bibliotecas estão localizadas em territórios de vulnerabilidade social que sofrem com as consequências dos riscos ambientais.

Essa constatação reforça o argumento de que as bibliotecas públicas precisam ampliar suas práticas educativas e culturais para incluir o debate ambiental e tratar o racismo ambiental que atinge as comunidades que estão inseridas. Dessa forma, o seu papel de agente transformador é reforçado dentro dos seus territórios, auxiliando no enfrentamento das injustiças ambientais. Como apontam Ferraz (2014), Achilles (2023), Rodrigues (2024) e Amaral e Freitas (2024), esses espaços podem desempenhar papel fundamental no fortalecimento da cidadania e no combate ao racismo ambiental, desde que estejam alinhados às demandas reais das comunidades que atendem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da intensificação da crise climática e de seus efeitos desiguais sobre as populações vulnerabilizadas, torna-se urgente a implementação de ações efetivas de adaptação e mitigação, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioambientais e pelo racismo ambiental. Essas ações devem estar ligadas à garantia de direitos sociais fundamentais, entre os quais se destaca o direito à informação socioambiental como condição para o exercício pleno da cidadania e da justiça ambiental.

Nesse cenário, as bibliotecas públicas desempenham um papel estratégico por serem instituições culturais e educativas inseridas nos territórios, com potencial de escuta, mediação e articulação com as comunidades, elas possuem condições para promover ações de educação em informação socioambiental que incorporem uma abordagem crítica e comprometida com a transformação social, levantando o debate do racismo ambiental.

A pesquisa aqui apresentada, que limitou-se ao mapeamento e a análise das postagens dos perfis do Instagram das Bibliotecas Parque do estado do Rio de Janeiro, constatou a baixa incidência de conteúdos relacionados às mudanças climáticas e, especialmente, ao racismo ambiental. A investigação revelou uma lacuna significativa entre o potencial dessas instituições e sua atuação concreta. Nesse sentido, aponta-se como possível desdobramento futuro, a investigação de relatórios institucionais e dos planos de ação das bibliotecas. Diante da urgência da temática e à complexidade dos desafios, é imprescindível que as bibliotecas públicas reconheçam e assumam seu papel como agentes ativos no enfrentamento das injustiças ambientais, atuando não apenas na disseminação da informação, mas na formação de sujeitos críticos, engajados e conscientes das relações entre território, raça, meio ambiente e poder.

Promover ações que estimulem o senso crítico através da educação em informação socioambiental torna a biblioteca uma protagonista no enfrentamento de questões que atingem a comunidade como, por exemplo, o racismo ambiental. Palestra educativa, clube de leitura com títulos que abordam a temática ambiental e contação de histórias são alguns exemplos de ações que podem ser realizadas pela biblioteca. Assim, fortalecer o compromisso das bibliotecas públicas com a justiça socioambiental significa pensar em práticas informacionais que discutam saberes locais e científicos, que combatam a desinformação socioambiental e que promovam a inclusão social a partir de uma perspectiva antirracista e

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

ecológica. Somente por meio dessa atuação transformadora e educadora será possível consolidar as bibliotecas como espaços de resistência, cuidado e reconstrução democrática em tempos de crise.

REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele. Memórias comunitárias fragmentadas em bibliotecas públicas. **Revista EDICIC**, San José, Costa Rica, v. 3, n. 2, p. 1-11, 2023.

AGUIAR, Claudio Gustavo Borges de; MONTEIRO, Patricia Ortiz; BATISTA, Andréia Jayme. Negacionismo e mudanças climáticas. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 15, n. 33, p. 59-71, 2022.

AMARAL, Marcel Jardim; FREITAS, José Vicente de. Nós vos explicamos o que é racismo ambiental. **REMEA**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 133-144, maio/ago. 2024.

BASTOS, Manoel Dourado; FIGUEIREDO, Carlos; SCHNEIDER, Marco Schneider. Comunicação, desinformação e crise do capitalismo. *In*: PRATA, Nair *et al.* (org.). **Comunicação e ciência: reflexões sobre a desinformação**. São Paulo: Intercom, 2022. p. 190-219.

BOECKEL, Cristina *et al.* Rocinha, maior favela do país segundo Censo 2022, possui mais habitantes que dois terços dos municípios do RJ. **G1**, Rio de Janeiro, nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/11/08/rocinha-maior-favela-do-pais-segundo-censo-possui-mais-habitantes-que-municipios-do-rj.ghtml>. Acesso em: 09 out. 2025.

BORGES, Jussara. Por que promover competências infocomunicacionais. *In*: BORGES, Jussara; BRANDÃO, Gleise; BARROS, Suzane Santos. (org.). **Educação para a informação: como promover competências infocomunicacionais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. [37]-51.

BRITTO, Luiz Percival Leme; DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini. “Leitura do mundo” e educação em Paulo Freire. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QZBhvBTZYjsjJTpgm3Tbgzs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2025.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Acordo Regional sobre acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais na América Latina e no Caribe**. Santiago: ONU, 2023. [Acordo de Escasuz].

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 15, p. 153-159, 1992. (Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento). Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9590/11159>. Acesso em: 09 out. 2025.

DIAS, Julia Santos Rodrigues; ISSBERNER, Liz Rejane. Desinformação climática no Brasil: principais atores e táticas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES/Ancib, 2024.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/342637>. Acesso em: 09 out. 2025.

DIAS, Pâmela. Pretos e pardos representam 72,9% dos moradores de favelas, indica Censo; mulheres também são maioria. **O Globo**, Rio de Janeiro, nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/11/08/pretos-e-pardos-representam-729percent-dos-moradores-de-favelas-indica-censo-mulheres-tambem-sao-maioria.ghtml>. Acesso em: 09 out. 2025.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. esp., p. 18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22665/18249>. Acesso em: 09 out. 2025.

FREUA, Salma. Quase 800 bibliotecas públicas foram fechadas no Brasil em cinco anos. **CNN Brasil**, São Paulo, jul. 2022. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-800-bibliotecas-publicas-foram-fechadas-no-brasil-em-cinco-anos/. Acesso em: 9 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Mudança do clima 2023**: relatório síntese. Suíça: IPCC, 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Acesso e oportunidade para todos**: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas. Holanda: IFLA, 2016.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise da civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, jan./abr. 2013. Disponível em: www.scielo.br/i/ccrh/a/dZvstrPz9ncnrSQtYdsHb7D/abstract/?lang=pt. Acesso em: 09 out. 2025.

REGATTIERI, Lori. Como redes de desinformação têm destruído o meio ambiente e o que podemos fazer. [Entrevistada por] Luiz F. Martins. **Escola de Ativismo**, set. 2023.

RODRIGUES, Márcia. Bibliotecas públicas, patrimônio cultural e atuação governamental: interlocuções possíveis. **RDBCI**, Campinas, SP, v. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8674286>. Acesso em: 09 out. 2025.

SANTINI, Rose Marie; BARROS, Carlos Eduardo. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, maio 2022. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b26f/fd36a68c6ec2f03771935b72094232882a98.pdf>. Acesso em: 09 out. 2025.

SANTOS, Teresa. **Racismo ambiental**: o que é isso? Rio de Janeiro: InVivo, 2022.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

SECRETARIA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Informações das bibliotecas públicas**. Brasília, DF: SNBP, 2023.

SILVA, Fabio Coelho Netto Santos; VON BEHR, Klaus Ramalho. Mudanças climáticas: desastre e negacionismo. **Revista Gestão em Conhecimento**, [S. l.], v. 6, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufra.edu.br/index.php/Gestao-em-Conhecimento/article/view/234>. Acesso em: 09 out. 2025.

ZATTAR, Marianna; BARBOSA, Maria de Fátima S. O.; BORGES, Jussara. Educação em informação: uma proposição terminológica e conceitual. **Informação & Sociedade**, [S. l.], v. 33, 2023. Disponível em: <https://periodicos.bbn.ufpb.br/index.php/ies/citationstylelanguage/get/turabian-fullnote-bibliography?submissionId=67651&publicationId=55002>. Acesso em: 09 out. 2025.